

X Encontro do Regional DO31
Sudeste:

Inserção da Universidade
Pública nos Programas
Estratégicos de Desenvolvimento
Regional e Nacional

Ancora: Fórum de pró-Reitores de
1995 Extensão das Universidades
Públicas Brasileiras

INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL

Nos anos recentes, a partir da consolidação do ensino e da pesquisa na Universidade Pública Brasileira, o desenvolvimento da extensão - de modo indissociável e integrado às práticas profissionais e à realidade política, econômica, tecnológica, cultural e social - vem fornecendo novos elementos para a própria avaliação e redefinição das atividades acadêmicas, dos objetos e metodologias de pesquisa, das áreas de atuação profissional, dos currículos e dos métodos de ensino e aprendizagem. Além disso, a extensão tem propiciado à Universidade o exercício, em um novo plano de seu papel social: aquele de contribuir efetiva e diretamente para resolução dos problemas imediatos e mediatos da sociedade em que se insere.

Esse tipo de inserção social confere à Universidade o papel de participar da formulação e implementação de políticas públicas, especialmente daquelas relacionada à educação e à Ciência e Tecnologia, e realizar parcerias com instituições dos diversos segmentos sociais, além de atuar na promoção do desenvolvimento regional e nacional e na preservação da cultura e arte brasileiras.

Assim, entendemos que as universidades devem dar continuidade a essas ações, considerando as especificidades e contingências de sua história e de sua localização, e de modo autônomo e soberano buscar parcerias com a sociedade e com o governo para promover o desenvolvimento regional, preservando e aperfeiçoando seu papel social de formação de pessoal altamente qualificado e de produção e difusão de novos conhecimentos. Entendemos também que é fundamental a continuidade a intensificação das ações voltadas para o aperfeiçoamento do ensino de primeiro e segundo graus dada a sua importância para o desenvolvimento do país.

A participação da Universidade em qualquer programa de ação governamental (Pronaica/Comunidade Solidária) ou não governamental (Ação da Cidadania) a de ser crítica (entendimento crítico dos objetivos e estratégias de implementação) e objetiva (projetos específicos, incluindo aqueles concebidos e implementados de forma integrada com os ministérios pertinentes, nas áreas de cultura, saúde, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento social), resguardando sempre a identidade da Universidade enquanto produtora e disseminadora de conhecimento.

As ações já iniciadas no Programa da Ação e da Cidadania não podem ser descartadas ou desconsideradas, mas articuladas com as novas propostas governamentais (Comunidade Solidária). No desenvolvimento de tais programas é preciso distinguir posturas paliativas para atendimento de situações críticas e emergenciais das ações voltadas para a superação dos problemas de ordem estrutural relacionados com a miséria e a fome. A participação da Universidade Pública nessas ações é, de qualquer modo, de fundamental importância, tendo em vista seu papel social, não devendo se omitir, mas também não assumindo para si a responsabilidade única de solução desses problemas.

A " Carta do Amapá " resultou do II Seminário Regional de Extensão, realizado no período de 24 a 26/05/95, na Universidade Federal do Amapá, com debates acalorados e participação de professores, alunos, funcionários e comunidade.

A Região Norte estava representada pelo Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Amapá, pelos Pró-Reitores de Extensão do Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia, Roraima e do Pró-Reitor da FCAP-Pa., assim como representante da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da UFPa e de representantes da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN) do Pará e Amapá, assim como os coordenadores do Campus do Baixo Tocantins e do Campus do Marajó, da Universidade Federal do Pará.

O objetivo da Carta do Amapá, é dar continuidade a tomada de posição da Universidade da Região Norte em relação a chamada Questão Amazônica, considerando a excepcional oportunidade da integração da Universidade em relação a Questão Amazônica.

Camilo Martins Vianna.
Pró-Reitor de Extensão da UFPa.
Belém, 29 de maio de 1995.

CARTA DO AMAPÁ

Os participantes do II SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO, de responsabilidade da Coordenação Regional Norte, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado no período de 24 a 26 de maio de 1995, na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

Considerando:

- * O distanciamento da Região Norte em relação às decisões administrativas do Governo Federal;
- * O longo isolamento da Região, onde se verifica um processo de integração com características de Predação Ambiental, Agressão Social, Cultural e Humana;
- * O saque aos Bens Naturais da Região, particularmente no que concerne a Minérios, Madeiras, Pescados e Biodiversidade;
- * A importância estratégica da Região, não apenas para a humanidade, mas sobretudo para o País;
- * A longa história de resistência da Região em defesa do patrimônio Nacional evitando assim a sua fragmentação;
- * A ocupação desordenada dentro do processo histórico de integração da Região;
- * Os interesses espúrios que não podem ser ignorados por todo o povo brasileiro, levando em conta fatos já pertencentes à história do País;
- * O paradoxo de ser a Amazônia extremamente rica, em termos de Recursos Naturais e potencialidades outras apresentando, entretanto, precárias condições de vida dos amazônidas;
- * A falta de controle institucional de doenças tradicionais assim como aquelas de identificação recente;

- * A recente proliferação de núcleos populacionais, praticamente inadiministráveis pelo afluxo das populações do campo, migrantes quase sempre de outras regiões do País;
- * As questões relacionadas às nações indígenas, remanescentes quilombos e outras minorias existentes na região;
- * A falta de compromisso na execução dos projetos de integração e desenvolvimento, com vistas as melhores condições de vida dos amazônidas;
- * A insuficiência dos recursos alocados para pesquisa por parte do Governo Federal em função da problemática regional;
- * As dificuldades com que se debatem as universidades existentes na Região, para atender as demandas da sociedade.
- * A precariedade das verbas orçamentárias da União para influir no desenvolvimento regional;
- * A falta de compromisso das representatividades políticas regionais em todos os níveis;
- * O descaso com a educação em todos os níveis;

Recomendam:

- * Maior compromisso das autoridades governamentais, objetivando a integração da universidade na busca de soluções e caminhos para o desenvolvimento regional.
- * O esforço do Governo Federal para aprovação do Projeto Norte de Interiorização das Universidades Públicas da Amazônia.
- * Estabelecimento de formas de redistribuição social por parte dos grandes projetos, a serem investidos em programas de educação, saúde e de ação social.
- * Maior apoio à Extensão Universitária na Amazônia, provendo de condições às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) regionais para que estas possam desenvolver a contento às programações necessárias em função da problemática da Região.

MOÇÃO

Os participantes do II Seminário de Extensão da Região Norte, reunidos em Macapá, Amapá, de 24 a 26 de maio de 1.995, repudiam publicamente a proposta do Projeto de Lei nº 282/95 de autoria do Dep. Antônio Jorge que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de mensalidade nas instituições Federais de Ensino Superior.

Macapá-AP, 26 de maio de 1.995.